

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB) – Comunicação de Líder:**

Boa tarde, Presidente Mônica, colegas, todos que nos acompanham na tarde de hoje. Solicitei o primeiro momento para falar, na tarde de hoje, sobre essa bela notícia que nós temos aqui no telão de que, a partir de hoje, Porto Alegre conta, oficialmente, com o reforço de 770 novos soldados da Brigada Militar. Ontem, o Coronel Rodrigo Mohr Picon, do comando de policiamento da capital, fez a recepção do contingente, que aconteceu no Auditório Araújo Vianna. Nesta Casa,

vários vereadores souberam que parte do efetivo, os novos concursados estariam aqui, pois, na realidade, Porto Alegre e o nosso corredor do entorno são responsáveis pelo maior percentual da mancha criminal, das ocorrências de crimes que a Brigada Militar atende. Então eu quero saudar o governo do Estado – governador Eduardo Leite, secretário, vice-governador – pelo empenho para que a gente pudesse contar com esse reforço na segurança pública, e nós, vereadores, estamos vendo em vários bairros as viaturas que vêm para amenizar um pouco a insegurança pública que a gente convive diariamente, infelizmente.

Outro assunto que eu trago aqui e divido com as senhoras e com os senhores, que não é nenhuma novidade, é o resultado da nossa solicitação às imagens deste prédio público, das áreas comuns, porque eu dividi, com as senhoras e com os senhores, uma preocupação pertinente: se aquele pedido que Vossas Excelências rejeitaram realmente foi entregue nesta Casa na quarta-feira pela manhã. A gente recebeu hoje a notícia de que, infelizmente, teve que ser acionada a justiça, mas nós tivemos um ganho para ter acesso imediato, Ver. Cassiá Carpes, Ver. Valter Nagelstein, e eu não posso deixar de citar as palavras do juiz: “É inquestionável que nos termos da Constituição Federal todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de interesse particular ou de interesse coletivo ou geral. O órgão ou entidade pública deverá utilizar ou conceder o acesso imediato [em negrito no despacho] à informação disponível. Não há necessidade, portanto, de o Diretor-Geral fazer estudo da matéria, aliás, se para qualquer cidadão essa recusa já seria ilícita [vejam bem, recusar isso é ilícito], não dá, realmente, para compreender a dificuldade que vem sendo criada para disponibilizar o acesso às imagens para um representante popular e integrante desta Casa Legislativa.”

Então, nós estamos aqui, publicamente, dizendo que, infelizmente, tivemos que recorrer à justiça e estamos aguardando o acesso às imagens que eu tenho certeza que não tem algo que vá ofender alguém nas imagens. Nós estamos aguardando, porque o despacho usa o termo “de imediato” e ainda não recebemos acesso às imagens. Que fique nesta Casa uma recomendação para que nós, no futuro, possamos sempre primar pela transparência do serviço público de verdade e que a gente lembre da máxima: quem não deve não teme; nada a temer, apenas a esclarecer. Muito obrigado.

(Texto sem revisão final.)